

AS REFORMAS DE ENSINO SUPERIOR NA AMÉRICA DO SUL: AS EXPERIÊNCIAS PELA EXCELÊNCIA ACADÊMICA NA ARGENTINA E PERU

WILIAM REIMÃO MACHADO PINTO¹

RESUMO: O presente trabalho analisou as realizações das reformas do ensino superior em dois dos maiores países da América do Sul: Argentina e Peru, que vivenciaram enormes transformações desde dos anos 80, no qual cada sociedade encontrou suas próprias perspectivas e concepções de qualidade acadêmica nos seus sistemas nacionais de educação. Este artigo, através de uma pesquisa bibliográfica, chegou às conclusões que apesar de ambas experiências destas grandes nações da América Espanhola emergiram nos mesmos contextos e com premissas de organismos internacionais, as reformas educacionais aconteceram de forma endógenas e distintas, sendo que em nosso vizinho platino, a Argentina teve maiores avanços, especialmente no setor estatal, enquanto em nosso irmão andino, o Peru, seu desenvolvimento está muito recente e com protagonismo do setor privado.

PALAVRAS-CHAVE: América do Sul; Argentina; Peru; Reforma do Ensino Superior.

1. INTRODUÇÃO

Na América Latina passou por grandes transformações na esfera educacional a partir dos anos 90 do século XX que gerou enormes mudanças nos países envolvidos, como em nosso continente sul americano em que se destacam as Reformas Educacionais de duas nações de formação espanhola com seus ensinos superiores centenários e graves convulsões internas recentes: a Argentina, a partir de 1995, e o Peru, a partir de 2014, em que pretendemos debater neste trabalho, com as devidas limitações do espaço, e sem ambições de esgotar um tema ainda tão vivo e pujante nestas nações vizinhas ao Brasil.

Tais inquietações emergiram como aluno regular do Mestrado de Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia (GESTEC/UNEB), e membro do Grupo de Pesquisa de Educação, Universidade e Região na Universidade do Estado da Bahia (EduReg/UNEB) na seção de Gestão Universitária, e do Núcleo de Estudos da Teoria Geral da Administração do Conselho Regional de Administração da Bahia (NETGA/CRA-BA).

Neste último, analisamos as gestões administrativas de vários países latino americanos ano passado e que frutificou no livro **Administração Sem Fronteiras**, Volume 3 (São Paulo: All Print, 2018), organizado pelo Dr.º Sandro Coelho Moreira Pinto e Luciano Conceição da Silva com o capítulo sobre a “**Gestão Universitária Peruana**”, escrito por este autor com os professores Me. Charles Bruno Mendes Bulhões e Josefa Stela da Fonseca.

Neste ano, começamos a debater sobre o outro gigante sul-americano, a Argentina, foco da obra e trabalhos a serem desenvolvidos em 2019.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar as Reformas dos Ensinos Superiores na Argentina e no Peru.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar o contexto das Reformas Educacionais nos países sul americanos escolhidos;
- b) Examinar as perspectivas e desenvolvimento da proposta da qualidade acadêmica no ensino superior argentino e peruano;
- c) Contribuir para o debate das políticas públicas de educação superior na América Latina.

3. METODOLOGIA

Este trabalho será realizado pela seguinte taxionomia de pesquisa de Vergara (2014):

- a) *Quantos aos Fins*: uma abordagem *descritiva*, expondo as características da evolução dos sistemas universitários da Argentina e Peru, buscando estabelecer correlações com suas respectivas Reformas do Ensino Superior;
- b) *Quanto aos Meios*: a pesquisa será *bibliográfica*, através das publicações de documentos primários como informações de instituições oficiais e secundários com obras e artigos relevantes sobre os ensinos universitários argentino e peruano como suas reformas educacionais.

4. O ENSINO SUPERIOR NA ARGENTINA E PERU

No mundo, as primeiras universidades nasceram no mundo árabe na África Saariana no século IX e na Europa, emergiu no século XI, já nos reinos ibéricos, futuros Estados de Portugal e Espanha, foram fundadas no século XIII e nas colônias espanholas no século XVI.

A universidade já foi o centro do conhecimento superior humano ao fazer programas de estudos, professores especializados e ambientes próprios (BULHÕE, FONSECA e PINTO, 2018), porém perderam seu espaço como hegemonia do saber com as crises de legitimidade das revoluções capitalistas a partir do século XVIII (SANTOS, 2011), dando lugar para outros estabelecimentos não universitários para formação de mão-de-obra e inovação nos mercados.

Por critérios históricos, institucionais e legais, as universidades no mundo têm distinções de outras instituições de ensino superior, além da sua construção nacional como veremos nos processos de cada país latino-americano a seguir.

4.1 ARGENTINA

O sistema universitário argentino é composto de universidades estatais e privadas, com uma Modalidade Binária: universidades e institutos universitários e a não universitária (institutos superiores e colégios universitários).

As instituições universitárias, foco de nosso trabalho, segundo a SPU (2018), são 131 unidades divididas entre 61 universidades públicas (60 nacionais e 1 subnacional) e 5 institutos universitários públicos; 49 universidades privadas e 14 institutos universitários particulares. Além disso, a Argentina conta com uma filial de universidade estrangeira (*Università di Bologna*), e um instituto universitário internacional (*Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*, a filial argentina de ensino superior da UNESCO).

O alunato dos *pregrados* (cursos de formação geral, multidisciplinar e tecnológica) e *grados* (cursos de formação específica) totalizam 1.830.926 universitários, sendo 79 % (1.437.794) estão em instituições públicas e 21 % (393.132) no ensino privado (SPU, 2018).

A Argentina tem uma das mais antigas universidades latino-americanas, a *Universidad de Córdoba* que foi fundada em 1613 pelos jesuítas espanhóis no chamado Século de Ouro (1492-1681), quando o reino espanhol fundou instituições de ensino na metrópole e colônias.

A *Universidad de Córdoba* foi o único centro de ensino superior até a Independência em 1816, quando o país construiu sua identidade nacional e soberana. Assim, foram fundadas

as Universidades Nacionais de *Buenos Aires* em 1821 (a UBA, a mais importante e maior até hoje), *Santa Fé* em 1889 (depois, chamada de *Del Litoral*), *La Plata* em 1897 e *Tucumán* em 1914. Esta expansão universitária se deve a vinda da imigração europeia, a necessidade de formação de quadros à agropecuária competitiva e da indústria nascente.

O modelo de ensino superior restrito provocou críticas e movimentos das classes médias e estratos populares que redundaram na Reforma de Córdoba em 1918, movimento reformista iniciado na *Universidad Nacional de Córdoba* que protestou ao caráter exclusivista da universidade argentina e espalhou no continente latino-americano na ideia de criação de universidades populares e mais próximas da sociedade como um todo.

A Reforma de Córdoba defendia, entre outros valores programáticos, o cogoverno, autonomia, liberdade do pensamento, educação laica, assistência social aos estudantes, extensão universitária, sistema de produção científica e uma universidade aberta para todos.

A ascensão das classes médias e setores populares junto com as elites agroexportadoras mais modernas nas gestões públicas com conquistas sociais na Argentina, e naturalmente se refletiu no protagonismo político das universidades neste desde de então.

As décadas de 30 aos anos 80 a Argentina foi marcada pela extrema polarização própria do continente latino-americano por modelos do Estado de Bem Estar Social autoritários e democráticos que foi também convulsionado pela Guerra Fria (1945-1991) com emergências de golpes de Estado, ditaduras, democracias precárias, fortes guerrilhas, repressões legais abomináveis e um populismo norteador no Presidente Juan Perón (que governou de 1946 a 1955 e 1973 a 1974) que influenciou o processo político, notadamente nas universidades que se tornaram os polos entre favoráveis e contrários de suas correntes.

Numa das fases ditatoriais (1955-1958) vieram as primeiras universidades privadas e a pioneira *Universidad Católica de Córdoba* em 1956, secundada pela *Universidad del Museo Social Argentino* e *Universidad del Salvador* também no mesmo ano, além de outras que vieram na flexibilização legislativa, muitas delas de confissão católica.

Mollis (2008) informa que nas décadas de 70 a 90 se consolidaram as universidades privadas tradicionais fundadas nos anos 50 e 60. Apesar da ampliação do ensino superior privado, centrado em Buenos Aires, que teve breves momentos de supremacia das matrículas universitárias, este permaneceu periférico e complementar enquanto as universidades estatais mantiveram a expansão por todo território e liderança da educação superior argentina.

As tumultuadas décadas de 50 e 60 surpreendem: Plotkin (2006) fala que em 1950 a Argentina era o 3º país do mundo em universitários por 100 mil pessoas, já Vidal e Ascolini

(2009) em 1967, os universitários argentinos eram de 264 mil e no Brasil eram 215 mil (e a nação argentina era cerca de 4 vezes menos populosa que o Brasil).

Não obstante, os períodos de exceção argentino foram marcados pelo cerceamento à liberdade universitária, grandes perseguições às cátedras, professores e alunos, infames morticínios de estudantes e docentes universitários, especialmente no Processo de Reorganização Nacional, a última ditadura (1976 a 1983) e mais cruenta, como a *Universidad Nacional de Luján*, fundada em 1972 e suspensa de suas atividades em 1979 (retomadas em 1984), e a censura e destruição de dezenas de milhares de obras da Editora da UBA.

A redemocratização a partir de 1984 trouxe novos pensamentos sobre a educação argentina, após diversas conferências nacionais nesta década, prevaleceu o enfoque público da educação com gestões estatal e privada, sendo a ascendência e influência estatal como política pública da educação e, especificamente, realizado pelas universidades nacionais.

4.2 PERU

O ensino superior peruano tem unidades universitárias e não universitárias, as últimas, pelos critérios legais e reduzidos cursos, são as Escolas Superiores, Institutos Superiores Pedagógicos e Tecnológicos. As universidades, cerne desta pesquisa, pelo seu reconhecimento legal, status e maior número de carreiras, temos estatais (as universidades nacionais), e privadas (associações sem fins lucrativos e societárias com fins lucrativos), que de acordo com o SUNEDU (2018), totalizam 145 instituições educativas.

O alunato, segundo o SUNEDU (2018), tem 1,361 milhão de universitários: 987 mil nas universidades privadas (73 %) dividido em 524 mil nas societárias e 463 mil nas associativas. O setor estatal tem 374 mil discentes, respondendo por 27 % das matrículas.

As universidades peruanas se dividem em anciãs (em funcionamento antes dos anos 60 com a maioria estatal), e as universidades de *primeira geração* (criadas na década de 60), na expansão do ensino superior incorporando os estratos populares não oriundas das elites. A educação universitária era compreendida como um enfoque de mudança social, para Sander (1995, 22 p.) o contexto latino-americano, “*a educação constitui o fator mais importante de desenvolvimento nacional, o próprio “motor para o desenvolvimento”*”.

As universidades de *segunda geração* nasceram nos choques neoliberais dos anos 90, especialmente após o Decreto-Legislativo de 1996 na ditadura fujimorista (1993-2000), que

flexibilizou os marcos legais para a entrada de grupos privados com fins lucrativos na educação e impulsionou a expansão privada do ensino superior.

O Peru e outros países andinos partilham da herança inca e universidades centenárias da colonização espanhola, tendo a Decana da América do Sul: a *Real y Pontificia Universidad de San Marcos*, instituída em 1551 em Lima, a futura *Universidad Nacional Mayor de San Marcos*, a maior e principal universidade até hoje. Ainda no período colonial, foram fundadas *San Cristóbal de Huamanga* em 1677 (Ayacucho) e *San Antonio Abad* em 1692 (Cusco).

Após conquistar a emancipação soberana em 1821, o governo peruano se distanciou do legado ibérico para criar seu sistema de ensino nacional, sendo fundadas a *Escuela Nacional* (de formação de professores e, futura *Universidad Nacional Educación Enrique Guzmán y Valle*, em Lima) em 1822, *Universidad Nacional de la Libertad* (futura *Universidad Nacional de Trujillo*, na cidade homônima) em 1824, entre outras que surgiram.

A primeira universidade privada foi a *Pontificia Universidad Católica del Perú*, aberta em 1917 em Lima. A estruturação universitária peruana como nação soberana seguiu o modelo hispânico: concentração nos grandes centros como a Capital Lima e pouca interiorização, além de maior cobertura e liderança estatal na maior parte do século XX.

Weise e Laguna (2008) notaram dinâmicas comuns nos países da região andina como Peru, Equador e Bolívia: um Estado laico no início do século XX; as revoluções nacionais na segunda metade do século XX (permeadas das lutas sociais e estudantis); as reformas neoliberais no fim do século XX e as revoluções culturais (de indígenas e das minorias) e das comunicações globais no fim do século XX e neste milênio.

Dos anos 80 até 2000, o país foi sangrado pela guerra civil das guerrilhas marxistas e uma repressão legal igualmente bestial em que as universidades, estudantes e seu corpo funcional foram atores destacados e um dos maiores números mortes.

A Lei Universitária, promulgada em 1983, instituiu a *Asamblea Nacional de Rectores* (ANR), um colegiado de reitores das universidades públicas e privadas para coordenação universitária, reforço da autonomia e o início da abertura institucional ao ensino privado.

Na ditatorial fujimorista, nascida do pretexto da luta à subversão (combatida com meios arbitrários até reduzi-la em pequenos grupos sem expressão nacional) e à crise econômica (combatida por planos neoliberais), a democracia só retorna em 2000, apesar dos percalços políticos, mesmo assim não houve mais uma grande ruptura institucional.

Nesta turbulência, as universidades estatais perderam o protagonismo na fundação de instituições: de acordo com o INEI (2015), de 1980 a 2014 saíram de 25 para 51

universidades públicas (incremento de 104 %), no mesmo período tivemos 10 universidades particulares para 91 instituições (um aumento de 810 %).

Ainda acentuado neste milênio, pela investigação de CUENCA e REATÉGUI (2016) as matrículas universitárias do setor privado cresceram 358 % de 2000 a 2014, saindo de 171.297 para 758.899 estudantes, já no setor estatal no mesmo período avançou apenas 33 % (que passou de 254.732 para 339.111 alunos), mostrando a desvalorização estatal nestes anos.

A universidade peruana tem enfrentado duras mudanças nos anos 90 por uma pretensa democratização do ensino na diretriz neoliberal no esteio da falência do modelo nacional-desenvolvimentista. O setor estatal era enfraquecido na sua gestão orçamentária nos ajustes fiscais e no favorecimento empresarial, limitando-o numa política pública de Educação.

5. REFORMA DO ENSINO SUPERIOR

As Reformas Educacionais foram desenvolvidas a partir dos anos 90 na América Latina, a partir de manifestações de organismos internacionais desde da década anterior quando a crise do Estado do Bem Estar Social chegava nas novas democracias latino-americanas junto com a introdução do Neoliberalismo e com as próprias demandas acumuladas que trouxeram pressões sobre o acesso universal, financiamento do ensino público e excelência acadêmica.

Sobre este ponto, a concepção da *Qualidade* é originária do mundo dos negócios e implantada na educação superior no decênio de 1980. Pelas suas particularidades institucionais e sociais, Esther (2011) compreende que a universidade não pode ser administrada como uma empresa, logo não deveria ser gerenciada por métodos de *Qualidade Total*, o que não significa não pensar a *Qualidade* como um valor central, desde que se entenda o que a *Qualidade* significa na instituição educativa.

No processo de Reforma de Estado na América Latina, sob os preceitos *gerencialistas*, Sander (1995) observou o enfoque *gerencialista* na Administração do Estado, inclusive buscando aplicar as mesmas ideias usadas no segmento privado, em particular o modelo de *Qualidade Total* como extensa produção acadêmica e institucional na administração de serviços públicos e na gestão da educação que emergiu nos anos 80 e 90 (SANTANA, 2007).

A Argentina e Peru tiveram suas reformas do ensino superior desenvolvidas em período diferente, a nação platina em 1995 e o país andino em 2014, em comum, o processo foi capitaneado pelo Governo Central e numa mentalidade centrada na qualidade acadêmica, avaliação (institucional e externa) e cultura reformista.

5.1 ARGENTINA

A retomada democrática na década de 80 trouxe debates sobre a Reforma Educacional, após sucessivas leis sobre o ensino superior, um dos resultados foi promulgada a Lei n.º 24.521/1995, a Lei da Reforma Universitária, que junto um programa para Reforma da Educação Superior financiado pelo Banco Mundial, fruto de um empréstimo do Governo Federal argentino, começou a criar a estrutura para transformar o ensino superior.

Um órgão regulador de reconhecimento, licenciamento e avaliação dos cursos de superiores foi criado: *Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria* (CONEAU). As avaliações coordenadas pela CONEAU são periódicas como os informes da situação universitária e rankings das instituições que atendam aos critérios da qualidade.

Inicialmente, a Lei Universitária de 1995 flexibilizou a abertura e autorização de novos cursos e trouxe grandes inquietações e transformações grandes no sistema universitário argentino, segundo Mollis (2008), houve um incremento das instituições privadas universitárias e a criação de novas universidades no modelo reformista de ensino superior.

A cultura de uma avaliação nacional e uniforme empreendida pela CONEAU, muitas vezes foi alvo das críticas de gestores universitários argentinos, segundo Velloso (1999), porque não ponderam as particularidades regionais e institucionais das universidades, especialmente as mais distantes de Buenos Aires e que o monitoramento e mensuração das instituições reduziria a autonomia universitária, especialmente a avaliação externa que era uma novidade para os envolvidos no processo reformista.

As avaliações externa e institucional universitárias eram instrumentos de *Qualidade* recentes não só na Argentina (que já a discutia desde dos meados dos anos 80), mas na América Latina como um todo, no país platino a pioneira a passar por um clivo como este foi a *Universidad Nacional del Sur* em 1993 (MOROSINI, 1998).

Sobrinho (2000) atentou que as universidades privadas direcionaram em nichos que o setor estatal era deficiente e instituindo fortes parcerias com o mundo empresarial, inclusive havendo uma certa migração de pesquisadores da UBA para o setor privado e, inicialmente, um acréscimo expressivo nas matrículas universitárias privadas.

O movimento da Reforma Universitária de 1995 e seus desdobramentos exigiram enormes transformações das universidades estatais e privadas para atender as novas exigências de qualidade e expansão do ensino da Argentina nos desafios do novo milênio da terceira maior economia da América Latina.

5.2 PERU

O século XXI trouxe profundas reflexões na educação peruana, mesmo tempo que o país tinha uma bonança econômica e o fim das violências políticas em larga escala, houveram tristes reveses: baixas colocações nos principais rankings de universidades e de produção científica e nos exames internacionais (como o *Programme for International Student Assessment* - PISA), litígios entre entidades civis (como a ANR) e Ministério da Educação (MINEDU) pela regulação do ensino superior.

As críticas acadêmicas e da sociedade ao modelo educacional peruano, junto as ações judiciais no tema, que provocou o ato legislativo da Moratória Universitária de 2012 (proibição de novas universidades sem uma reforma educacional), que desde de então, se manteve, praticamente, o mesmo número (hoje são 145 instituições universitárias).

Outras críticas eram da mercantilização do ensino superior, a precarização estatal e uma descontrolada abertura de faculdades privadas com poucos critérios institucionais e de excelência (CUENCA e REÁTEGUI, 2016, BULHÕES, FONSECA e PINTO, 2018).

Um esforço para ampliar a qualidade acadêmica veio na Lei n.º 28.740/2006 que criou o *Sistema Nacional de Evaluación, Acreditación y Certificación de la Calidad Educativa* (SINEACE) para elevar os padrões universitários tão exigidos e necessários aos peruanos.

Após longos debates, é promulgada a Lei n.º 30.220/2014, a Lei da Reforma Universitária Peruana que instituiu o *Superintendencia Nacional de Educación Superior Universitaria* (SUDENU), órgão regulador do Ministério da Educação e orientador da Qualidade nos cursos superiores, extinguindo a ANR, e centralizando a política universitária.

Além disso, o currículo acadêmico deve ser atualizado a cada 3 anos e todos os graduados apresentarão uma tese e dominar uma língua estrangeira ou nativa no fim do curso. Outra exigência foi o *accountability*: divulgação das bolsas, programas acadêmicos, currículos dos docentes, remunerações e informes financeiros das instituições educativas.

O SUNEDU, como órgão central de licenciamento das universidades peruanas, estabeleceu em vários atos normativos as Condições Básicas da Qualidade (CBQ) que abrangem 8 critérios com vários indicadores para todas as instituições seguiriam no licenciamento, além de periódicas avaliações institucionais e externas com rankings de cursos e instituições. Caso não atendidos estes padrões e nem reverem os pleitos corretivos, as instituições sofrerão sanções e até seu fechamento.

6. ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS

6.1 ARGENTINA

Apesar dos temores iniciais advindos da Reforma Universitária de 1995, o que se viu na Argentina foi o ensino superior estatal se consolidou como a principal gestão universitária e política pública de democratização e inserção laboral, de acordo com o CONEAU (2015), de 2003 a 2014 as instituições públicas saíram de 44 unidades para 62, um incremento de 40,9 % e privadas de 51 para 64 (25,5 % de aumento), e a participação da educação universitária no PIB de 0,53 % em 2003 à 1,02 % em 2012 (uma ampliação de 97 %).

Um dos marcos legais foi o investimento na Educação previsto na Lei n.º 26.075/2005 ou Lei do Financiamento que exigia percentuais mínimos do PIB para as entidades federativas argentinas cumprirem de forma progressiva para manutenção do custeio e investimento.

Num documento do Banco Mundial (2017), a Argentina foi o único nos países latino-americanos pesquisados que o ensino superior estatal superou o privado de 2000 a 2013.

A universidade estatal argentina, como política pública, está presente em as províncias do país (como até na gélida Tierra del Fuego, onde há uma universidade nacional homônima), enquanto as instituições privadas se concentram majoritariamente em Buenos Aires e algumas províncias viáveis economicamente (como Córdoba, Santa Fé, Entre-Ríos e Mendoza).

As universidades estatais argentinas se destacam em de qualidade acadêmica internacional como a UBA é a única universidade do Hemisfério Sul a ter 5 vencedores do Prêmio Nobel e é considerada a melhor da América Latina (73º colocação mundial) num dos rankings mais prestigiados (TOP UNIVERSITIES, 2018) por quatro anos seguidos.

As preocupações recentes são justamente a manutenção desta qualidade universitária e expansão pela crise econômica atual, ainda mais que as universidades nacionais têm atraído cada vez estrangeiros, especialmente os latino-americanos, para cursos de graduação e pós-graduação já que estes estudantes não teriam o mesmo ingresso nas universidades pátrias, notadamente nos cursos mais concorridos, como de Ciências Médicas.

Nas universidades estatais argentinas não há testes de ingresso, o curso é sem mensalidades e de reconhecida qualidade e democratização do acesso, logo as inquietações veem de como permanecerão num ambiente depressivo da economia seus princípios de universalização, excelência, inclusão das classes desfavorecidas e como política pública para o desenvolvimento nacional, como já pregava a Reforma de Córdoba em 1918.

6.2 PERU

Cuenca e Reátegui (2016) assinalam que o Estado se outorga como “reitor da educação superior universitária” pela Lei n.º 30.220/2014, logo com competências para desenvolver políticas públicas para a democratização do ensino superior e adotar a qualidade do serviço universitário. Todavia, se percebe o papel institucional do Estado Peruano e não a prevalência estatal na Educação Superior, há muito tempo guiada pelo segmento particular de ensino.

A Nova Lei Universitária provocou uma enorme corrida nas instituições educativas para atualizarem suas organizações internas e projetos pedagógicos para atender os requisitos CBQ notadamente com primazia e mais abrangência pelo setor privado.

A Reforma Universitária Peruana, nos dados do SUNEDU (SUNEDU, 2018), trouxe os primeiros impactos: das 145 universidades existentes, 25 % estão licenciadas nos critérios CBQ e 75 % estão em processo de licenciamento nas exigências do CBQ (51 % das privadas associativas, 20 % das estatais e 9 % das societárias estão licenciadas).

Segundo o Banco Mundial (2017), o Peru foi o país com menor mudança no panorama universitário, além do maior número proporcional de instituições privadas universitárias latino-americanas, apesar que o Peru e o México são os únicos têm as maiores taxas de conclusão do ensino superior no continente: 65 % (próximos dos Estados Unidos).

O ensino superior é ainda muito valorado no Peru, seja como inclusão laboral ou status social, 70 % dos estudantes que concluem o ensino secundário desejam ingressar em uma carreira universitária do que o ensino técnico-profissional (OECD, 2016).

A dificuldade financiamento público das universidades estatais (BULHÕES, FONSECA e PINTO, 2018; CUENCA e REÁTEGUI, 2016), as universidades privadas empreenderam mais esforços econômicos na reestruturação, programas e instalações para terem seus processos ao CBQ foram mais céleres e eficientes.

Por ser uma reforma educacional recente e imbuída na excelência acadêmica, algumas propostas de qualificação das *Universidades Peruanas* como a introdução do ISO 9001 (HERRERA *et al.*, 2016), para fomentar na entidade educativa como sistema complexo de liderança, cultura organizacional da qualidade, focada na inovação e aprendizagem contínua.

A supervisão do SUNEDU foi analisada para uma revisão do licenciamento (DIAZ, LEDESMA, DIAZ, 2018), já que várias universidades peruanas manifestaram sobre o excesso de formalismo e entraves burocráticos no regimento ou até normas dispensáveis para assegurar a política de qualidade com mais eficiência.

7. CONCLUSÕES

As Reformas de Ensino Superior na Argentina e Peru se identifica como política pública de educação, com a necessidade de um órgão regulador investido de poderes legais para autorizar, avaliar, monitorar e fechar os cursos superiores, como temos o CONEAU e o SUNEDU. As legislações destes órgãos regulares constituíram em manuais, modelos e indicadores de qualidade para que as instituições universitárias sigam.

As reformas neoliberais recentes na Argentina realizaram os malfadados ajustes fiscais e cortes nos investimentos, atacando as universidades estatais e a educação como todo, invés de promover o desenvolvimento esperado, trouxeram maior desigualdade e pobreza e no emblemático centenário da Reforma de Córdoba, mais protestos universitários e reivindicações para preservação do legado reformista e a qualidade de ensino superior.

Apesar de ter um Ensino Superior reconhecido e distinto com qualidade e universalizado na América Latina, a Argentina tem temeridades de manter tais padrões de excelência com as sucessivas quedas dos recursos públicos e da priorização na Educação Superior na depressiva economia argentina contemporânea.

Além do primado pela excelência, as diferenças entre a Argentina e Peru param aí: a expansão universitária do setor estatal argentina acelerou-se e reconhecida *qualidade*, no Peru tivemos a ascendência privada e a precarização dos investimentos estatais nas universidades nacionais, o que Santos (2011, 22 p.) chamou de “*descapitalização da universidade pública*.”

Segundo o SUNEDU (2018), das 10 melhores universidades peruanas colocadas no ranking do órgão, 5 são privadas e 5 são públicas, sendo as 2 primeiras são particulares (com a liderança isolada da *Pontifícia Universidad del Perú* e secundada pela *Universidad Peruana Cayetano Heredia*), enquanto a Instituição Mãe da América do Sul (*Universidad Nacional Mayor de San Marcos*) está na 3ª posição, apesar de ter maior número de estudantes.

A Reforma Universitária Peruana é um processo extremamente recente e que emerge críticas e apoios, como já estão sendo publicadas as primeiras conclusões como Bulhões, Fonseca e Pinto (2018), apesar das temeridades, têm boas expectativas da política de asseguramento da qualidade e Diaz, Ledesma e Diaz (2018) emitiram diversas recomendações aos gestores públicos e privados da Nova Lei Universitária.

Acreditamos que possamos aprender com essas experiências internacionais e que as políticas públicas de educação para sociedades mais abertas, menos desiguais, democráticas e com excelências acadêmicas que a América Latina tanto necessita e merece.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL (WORLD BANK). **Higher Education in Latin America and the Caribbean**. World Bank: New York, 2017. Disponível em < <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/26489/9781464810145.pdf?sequence=2&isAllowed=y> >, Acesso em 14 Ago. 2018.

BULHÕES, C. B. M.; FONSECA, J. S. da e PINTO, W. R. M. Gestão Universitária Peruana in PINTO, S. C. M. e CONCEIÇÃO, L. da S. (Org.) **Administração Sem Fronteiras**, v. 3, São Paulo: All Print, 2018.

Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria (CONEAU). Calidad y Inclusión en la Educación Superior in **Seminário Internacional: Experiencias y Perspectivas de la Evaluación y Acreditación Universitaria em Iberoamérica**, CONEAU, Buenos Aires, 2 y 3 junio 2015. Disponível em: < http://www.coneau.gov.ar/archivos/pdfSeminario/SeminarioCONEAU_PresentacionLauraAlonso.pdf >, acesso: 10 ago. 2018 >

CUENCA, R. e REÁTEGUI, L. **La (Incumplida) Promesa Universitária en el Perú**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2016. Disponível em: < http://repositorio.iep.org.pe/bitstream/IEP/859/1/cuenca_reategui_laincumplidapromesauniversitaria.pdf >, Acesso em: 16 ago. 2018.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação do Ensino Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAZ, H. H. A., LEDESMA, K. N. F., e DIAZ, M. A. A. Peru: Políticas que aseguran la Calidad em la Educación superior. **Revista InterMeio**, Campo Grande, v. 24, n. 47, jan/jun. 2018, 17-35 p. < Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/5902> >, Acesso em 20 jul. 2018.

ESTHER, A. B. As competências gerenciais dos reitores de universidades federais em Minas Gerais: a visão da alta administração. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 9, Edição Especial, Artigo 10, Rio de Janeiro, 2011, 648-667 pp. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5446/4180> >, Acesso em 15 ago. 2018.

HERREZA, P. A. et al. Consideraciones y estrategias para la implementación de un sistema de gestión de la calidad ISO 9001 en el marco del Licenciamiento y la Acreditación de la Educación Superior Universitaria en el Perú. **Apuntes de Ciência & Sociedade**, Lima, v. 06, n.º 02, pp. 181-192, 2016. Disponível em <

<http://journals.continental.edu.pe/index.php/apuntes/article/view/438/434> >, Acesso em 20 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA (INEI). **Número de Universidades, 1980 – 2015**. Lima, INEI: 2015. Disponível em: < <https://www.inei.gob.pe/estadisticas/indice-tematico/sociales/> >, Acesso em: 17 ago. 2018.

MOLLIS, M. La Reforma de La Educación Superior em Argentina para el nuevo milênio. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 12, n. 2, jul. 2008, 509-532 pp. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000200012 >, Acesso: 11 ago. 2018

MOROSONI, M. C. (Org.) **Universidade do Mercosul**. 2.^a Ed. São Paulo: Cortez, 1998.
ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Avanzando Hacia Una Mejor Educación Para Perú**. OECD: Paris, 2016. Disponível em: < <https://www.oecd.org/dev/Avanzando-hacia-una-mejor-educacion-en-Peru.pdf> >, Acesso em 18 jul. 2018.

PLOTKIN, M. B. **La Privatización de la Educación Superior y las Ciencias Sociales em Argentina**: Um Estudio de las Carreras de Psicología y Economía. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006.

SANDER, B. **Gestão da Educação na América Latina**: Construção e Reconstrução do Conhecimento. Campinas: Autores Associados, 1995.

SANTANA, F. F. **A Dinâmica da Aplicação do Termo na Qualidade na Educação Superior Brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2007.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. - 3.^a Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

SECRETARÍA DE POLÍTICAS UNIVERSITARIAS (SPU). **Sistemas de Consultas de Estadísticas Universitarias**. Disponível em: < <http://estadisticasuniversitarias.me.gov.ar/#/home/1> >. Acesso 16 ago. 2018.

SUPERDENTENCIA NACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR UNIVERSITÁRIA (SUNEDU). **Información Estadística de Universidades**. Lima, SUNEDU, 2018. Disponível em:

< <https://www.sunedu.gob.pe/sibe/> >, Acesso em: 12 ago. 2018.

TOP UNIVERSITIES. **QS World University Rankings 2019**. Disponível em: < <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2019> >, Acesso: 15 ago. 2018.

VELLOSO, J. (Org.) **O Ensino Superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond / UNESCO, 1999.

VIDAL, D G. e ASCOLANI, A. (Org.) **Reformas Educativas no Brasil e na Argentina: Ensaio de História Comparada da Educação (1820-2000)**. São Paulo: Cortez, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WEISE, C., LAGUNA, J. L. La Educación Superior en la Región Andina: Bolivia, Perú y Ecuador. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v.13, n.2, p.425-450, Campinas, Sorocaba, jul. 2008. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000200009 >,
Acesso: 11 ago. 2018.

SOBRE O AUTOR:

1. WILIAM REIMÃO MACHADO PINTO

Mestrando do Programa de Mestrado Profissional de Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduado em Administração pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Professor das disciplinas de Gestão Pública e Negócios Internacionais na graduação de Administração da Faculdade Dom Pedro II. Contato: wreimao@gmail.com